

1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



GT 1: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS
E SISTEMAS ALIMENTARES





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA (FASE II) E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS¹

Stéfany Gabriela da Silva Sales²

Yan Dutra de Souza³

Mário Lúcio de Ávila⁴

Mauro Eduardo Del Grossi⁵

GT 1: Estado, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares

RESUMO

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), reconhecido internacionalmente, foi eleito, em 2024, uma das cinco iniciativas mais bem-sucedidas do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Diante desse reconhecimento, o objetivo principal desta pesquisa buscou analisar de que forma as ações do PDHC têm influenciado a alimentação dos beneficiários no estado de Alagoas. A pesquisa fundamentou-se nos dados levantados pelo “Projeto Monitora UnB/SEAD” para analisar os efeitos das ações do PDHC fase II, de 2014 a 2022. Os resultados mostraram que as atividades realizadas pela Assistência e Extensão Rural (ATER), correlacionadas ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, auxiliaram e melhoraram positivamente a alimentação dos beneficiários do PDHC do estado de Alagoas, localizado no nordeste brasileiro.

Palavras-chave: ATER, Fomento Produtivo, Semiárido.

¹ Agradecimentos: o trabalho foi realizado com financiamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), executado pelo Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da Universidade de Brasília (Cegafi-UnB) no âmbito do projeto Avaliação e monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara - Monitora UnB/SEAD.

² Universidade de Brasília, stefanygab@hotmail.com.

³ Universidade de Brasília, yan.cegafi@gmail.com.

⁴ Universidade de Brasília, avila@unb.br.

⁵ Universidade de Brasília, maurodelgrossi@gmail.com.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



INTRODUÇÃO

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) é uma iniciativa do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), implementada em 2001 (Fase I), com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimentos Agrícola (FIDA), instituição financeira internacional da Organização das Nações Unidas (ONU). O FIDA conta com o auxílio dos governos estaduais e federais, realizando acordos de empréstimos e doações para apoiar o desenvolvimento rural e atuar em projetos de cooperação para a superação da pobreza no nordeste brasileiro (Fortini, 2021).

Com o encerramento da Fase I (2001-2014), a Fase II (2014-2022) ampliou o escopo do projeto, passando a abranger 913 municípios em 11 estados brasileiros, beneficiando diretamente 56.389 famílias e outras 14 mil por meio de iniciativas secundárias, como divulgação de outros programas governamentais e informações acerca de acesso à créditos (BRASIL, 2020).

O estado de Alagoas, área de atuação do PDHC, ocupa no ranking nacional, o primeiro lugar em insegurança alimentar, onde 36,7% das pessoas não possuem acesso a alimentos suficientes. A quantidade de pessoas passando fome em Alagoas cresceu de 5,8% em 2018 para 15,5% em 2022 (REDE PENSSAN, 2022b). O estado também apresenta o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Brasil (IBGE, 2019).

Esta informação, chama a atenção de pesquisadoras e pesquisadores do Cegafi-UnB, uma vez que, 83% dos estabelecimentos agropecuários da região são da agricultura familiar com 80% deles sendo proprietários das terras. No entanto, apesar da agricultura familiar possuir tamanho significativo no estado, ainda sofre com o baixo desenvolvimento, posto que, 27% das/o agricultoras/es não possuem escolaridade, 23% são idosos e 95% nunca haviam recebido assistência técnica. O Censo Agropecuário (2017) ainda aponta que somente 9% desses agricultores familiares possuíam acesso à internet (IBGE, 2019).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Formular políticas públicas que promovam a assistência técnica e extensão rural (art. 187) e o direito social à alimentação (art. 6º), são direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Neste contexto, o PDHC representa uma política alinhada às obrigações constitucionais do Estado, inserindo-se diretamente no debate entre Estado, Políticas Públicas e Sistemas Alimentares, uma vez que este estudo buscou analisar como suas ações impactam na alimentação dos agricultores familiares do estado de Alagoas.

Desde forma, é fundamental que o maior programa de Ater em execução nos anos recentes seja objeto de estudos mais aprofundados, especialmente considerando os últimos dados com investimento de mais de R\$ 34 milhões de reais em fomento produtivo, beneficiando 14.475 famílias e R\$ 168,2 milhões de reais destinados à assistência técnica para beneficiar 56.389 famílias (Sales, 2022).

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa foi conduzida por diretrizes metodológicas recomendadas por Rodrigues (2007) e Gerhardt e Silveira (2009), com uma abordagem sistemática e científica. A escolha do estado de Alagoas para a pesquisa seguiu o critério intencional, visto que estudos realizados anteriormente pelo Projeto Monitora UnB/SEAD⁶ evidenciaram que o estado participou das ações do PDHC de assistência técnica e fomento produtivo durante a Fase II, além da significativa presença da agricultura familiar no estado e baixo IDHM.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e quantitativa, classificada com exploratória e descritiva, visando analisar e detalhar o impacto do PDHC sobre a alimentação dos beneficiários em

⁶ O projeto “Avaliação e monitoramento do Projeto Dom Hélder Câmara - Monitora UnB/SEAD”, coordenado pela equipe da Centro de Gestão e Inovação na Agricultura Familiar (CEGAFI) da Faculdade UnB Planaltina, teve por objetivo monitorar, avaliar e dar suporte para a coordenação e a articulação de políticas públicas e inovações ligadas à assistência técnica e à extensão rural e ao enfrentamento da pobreza e desigualdade rural no escopo da fase II do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Alagoas. Por fim, quanto aos procedimentos utilizou-se a combinação da pesquisa de campo e o levantamento de dados secundários.

A pesquisa utilizou, portanto, três instrumentos advindos do Projeto Monitora UnB/SEAD: (i) entrevistas do estudo "Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Projeto Dom Hélder Câmara", (ii) 295 questionários estruturados e aplicados de forma digital, denominado "Aferição dos Indicadores do Marco Lógico - Monitora Online" e (iii) levantamentos realizados em campo em 2022, definida como "Avaliação de Impacto do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC)".

Os instrumentos selecionados para a pesquisa permitiram analisar a execução das ações do PDHC, especialmente no que diz respeito à ATER e ao fomento produtivo em relação ao impacto na alimentação dos agricultores familiares no estado de Alagoas.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E RURAL DO ESTADO DE ALAGOAS

Em 2022, durante o período de análise dos dados, o estado de Alagoas contava com 42 municípios identificados como semiáridos com aproximadamente 13.200 km². Apesar de sua importância, Alagoas ainda é pouco estudado, estando entre os mais desiguais do país, com 17% da população sem renda e apenas 44% recebendo até um salário mínimo (Albuquerque, 2016).

O estado caracteriza-se por possuir baixa riqueza e renda mal distribuída, com um parque industrial pouco desenvolvido, uma agricultura pouco dinâmica e uma rede de comércio e serviços informais. Na área rural a ausência de pequenas unidades produtivas com acesso a créditos, assistência técnica e sem facilidade de comercialização, impacta diretamente no abastecimento interno e na diversificação agroindustrial (Carvalho, 2008).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Diante da limitação da assistência técnica, da falta de apoio financeiro e da baixa capacidade de comercialização, os índices baixos da produtividade dos estabelecimentos da agricultura familiar são ainda piores. Essa realidade, pode ser ilustrada pela análise entre estabelecimentos familiares e os patronais, atestando a desigualdade territorial no estado, onde 7% dos estabelecimentos patronais ocupam 64% da área agrícola do estado e concentram 76% do valor bruto da produção. Já os estabelecimentos familiares, que representam aproximadamente 90% do total, ocupam apenas 36% da área e detém não mais que 23% da riqueza agropecuária do estado (Carvalho, 2008).

Outro indicador significativo é que, em 2017, apenas 4.177 recebiam algum tipo de assistência técnica, enquanto outros 78.192 não recebiam nenhuma orientação dos órgãos públicos ou privados de ATER, e somente 29.401 (35,6%) deles possuíam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Considerando exclusivamente o semiárido alagoano, dos 52.100 estabelecimentos da agricultura familiar, 2.441 deles recebiam assistência técnica de qualquer natureza, o que representava apenas 2,96% dos agricultores familiares do estado à época (IBGE, 2019).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FOMENTO PRODUTIVO COMO AÇÕES DO PDHC EM ALAGOAS

Instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentado pelo Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2017, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é uma estratégia do governo brasileiro que, objetiva a inclusão produtiva rural, e a busca pela superação da pobreza e da fome a agricultores familiares, indígenas e quilombolas promovendo a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda (Brasil, 2011).

A articulação do programa entre Ministério da Cidadania e o PDHC teve origem na construção das chamadas públicas da ANATER, em 2018. Para acessar o programa, as famílias deveriam estar enquadradas na situação de pobreza ou extrema pobreza



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



e concordarem em executar o projeto produtivo, elaborado entre técnicos e beneficiários da assistência técnica.

No estado de Alagoas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-AL), em parceria com o PDHC atendeu 1.966 unidades familiares e a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene) atendeu outras 1.287 unidades, totalizando 3.253 unidades atendidas. Diante disso, nota-se resultados positivos para o atendimento da EMATER-AL, cujo planejamento inicial previa o atendimento de 1.912 famílias em 21 municípios, superando, então, o planejamento previsto (SALES, 2022).

Ao falarmos sobre as unidades que acessaram o recurso do fomento produtivo rural, obtivemos resultados de 1.706, sendo 897 delas por intermédio da EMATER e outras 809 pela atuação da ASSOCENE. O principal instrumento utilizado para a oferta do fomento foi o projeto produtivo, elaborado entre os técnicos e as famílias agricultoras, com objetivo de promover a diversificação produtiva, a diversidade alimentar e o aumento da renda, especialmente por meio do acesso a mercados, como as feiras ou vendas diretas na comunidade.

O pressuposto da nossa análise foi que o fomento produtivo e a ATER somados, fortalecem as estratégias dos agricultores familiares que se encontram em situação de extrema pobreza e promovem, de certa forma, as políticas de desenvolvimento rural suprindo lacunas deixadas pelos programas assistenciais.

A partir dos dados coletados, observou-se que 98% (290 beneficiários) dos entrevistados na pesquisa “Aferição dos Indicadores do Marco Lógico” (2021) declararam ter sido atendidos pela assistência técnica do PDHC, enquanto apenas 2% (5 beneficiários) afirmaram não ter recebido tal atendimento. Ao serem questionados sobre a instituição responsável pela prestação do serviço de assistência técnica, 96% dos entrevistados declararam ser atendidos pela empresa pública EMATER e apenas 4% pela empresa privada ASSOCENE (Ávila e Miranda Filho, 2021).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



A assistência técnica é o principal condutor de acesso dos agricultores familiares aos processos produtivos, técnicas, inovações, políticas e instrumentos de crédito. Ao constatar que, antes da execução do PDHC, os serviços a ATER não chegavam às famílias beneficiárias, evidencia-se que as mesmas se encontravam afastadas das oportunidades de inclusão e diversificação produtiva, de acesso aos mercados locais e institucionais, como os programas de compras públicas e dos benefícios como o próprio fomento produtivo rural.

O PDHC E A INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ALAGOAS

Nesta pesquisa, utilizou-se a versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), para mensurar o nível de insegurança ou segurança alimentar das famílias beneficiárias do PDHC no estado de Alagoas, composta por 8 perguntas, quatro (4) voltadas a domicílios com menores de 18 anos e quatro (4) para domicílios sem menores. Após o preenchimento do questionário, as respostas com alternativa SIM foram contabilizadas com um ponto cada, sendo que quanto maior a pontuação, maior a gravidade da insegurança.

Comparando os dados obtidos com aqueles apresentados pela REDE PENSSAN (2022b) observou-se que, no estado de Alagoas os índices são: segurança alimentar (22,2%), insegurança alimentar leve (22,9%), insegurança alimentar moderada (18,2%) e insegurança alimentar grave (36,7%). Já na amostra de beneficiários do PDHC, constatou-se que não houve casos de insegurança alimentar grave, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 - Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA).

Classificação EBIA - Beneficiários da EMATER- AL

UF	S. A	I.A Leve	I.A Moderada	I.A Grave	Total
AL	35%	48%	17%	0%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Ao avaliar o impacto do PDHC sobre a insegurança alimentar dos beneficiários no estado de Alagoas, a EBIA foi aplicada no questionário “Monitora Online” (N=295), onde 90% dos entrevistados declararam que a alimentação familiar melhorou após o ingresso no programa, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2 - Melhoria no consumo alimentar da família.

Consumo alimentar	Total da amostra	%
Melhorou		
Bem	71	24%
Muito	42	14%
Um pouco	114	39%
Um pouquinho	37	13%
Não mudou nada	18	6%
Piorou	1	0%
Não responderam/sem declaração	12	4%
Total	295	100%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Ávila e Miranda Filho (2021).

Ademais, na análise dos questionários da “Avaliação de Impacto” (n =23), 100% dos entrevistados informaram que a origem dos alimentos consumidos pela família advém da própria unidade familiar ou comprado de vizinhos. Quando questionados sobre a dificuldade de acesso a alimentos nos últimos 12 meses, os beneficiários atendidos pela EMATER-AL relataram que em nenhum momento enfrentaram essa situação. Ao questionar sobre a família ter uma alimentação diversificada, incluindo verduras, folhas, frutas, carnes, feijão, arroz e suco de frutas, 74% dos beneficiários informaram ter, pelo menos algumas vezes, uma alimentação variada e 26% afirmaram que sempre tiveram uma alimentação variada.

Contudo, ao serem contestados sobre a alimentação familiar nos últimos três meses, 57% dos respondentes informaram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comidas, e 48% confirmaram que, de fato, os alimentos acabaram antes de ter recursos para a reposição.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Além disso, 61% dos beneficiários afirmaram que ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada nos últimos três meses; 43% dos beneficiários do domicílio informaram que comeram poucos tipos de alimentos por falta de recursos financeiros; 4% dos moradores com mais de 18 anos de idade deixaram de realizar refeições por falta de recursos para adquirir mais; e 13% dos beneficiários de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia, porque não havia recurso para comprar comida pelos menos uma vez.

Questionado sobre a fome propriamente dita, nos últimos três meses, nenhum beneficiário de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, por não haver dinheiro para comprar comida, tampouco ter ficado pelo menos alguma vez sem realizar as refeições ou ter feito apenas uma refeição ao dia por não ter dinheiro para comprar os alimentos.

Com relação ao consumo de grupos alimentares nas últimas 24 horas, os beneficiários informaram que os principais itens da dieta básica estão presentes no dia a dia dos entrevistados, embora tenha sido uma baixa presença de vegetais, conforme apresentado na tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Quais grupos dos alimentos a família consumiu, nas últimas 24 horas?

Grupo de alimentos consumidos	Sim	Não
Grãos, raízes e tubérculos brancos	96%	4%
Leguminosas	96%	4%
Sementes e oleaginosas	4%	96%
Leite e derivados	65%	35%
Carnes, aves e peixes	87%	13%
Ovos	74%	26%
Vegetais com folhas verdes escuras	9%	91%
Frutas e vegetais ricos em vitamina C	57%	43%
Outros vegetais (maxixe, jerimum, quiabo)	4%	96%
Outras frutas (banana, cajá, maracujá, tomate)	57%	43%

Fonte: Elaborada pelos autores com base em Ávila e Miranda Filho (2021).



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Em relação à segurança alimentar para grupos de alimentos consumidos pela família nas últimas 24 horas, verificou-se que, em domicílios em segurança alimentar, os alimentos mais consumidos foram grãos, leguminosas e carnes, com baixo consumo de vegetais. Nos domicílios em insegurança alimentar leve e moderada, a dieta foram predominantemente de leguminosas, ovos, grãos e carne, mantendo-se o baixo consumo de vegetais e sementes em todas as categorias avaliadas (Quadro 1).

Quadro 1 - Grupos de alimentos consumidos por categoria

Categoria	Beneficiários - EMATER - AL									
	Grãos	Leguminosas	Sementes	Lácteos	Carnes	Ovos	Vegetais	Frutas	Outros Vegetais	Outras Frutas
Segurança Alimentar (S.A)	100%	88%	13%	75%	88%	63%	0%	63%	13%	63%
Insegurança Alimentar Leve	100%	100%	0%	73%	91%	73%	9%	45%	0%	64%
Insegurança Alimentar Moderada	75%	100%	0%	25%	75%	100%	25%	75%	25%	25%
Insegurança Alimentar Grave	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados obtidos nesta pesquisa dialogam fortemente com o contexto da insegurança alimentar que o Brasil se encontra. Sabe-se que indicadores como renda, desemprego, escolaridade influenciam diretamente nas condições de vida da população e, sobretudo, na insegurança alimentar.

A disparidade entre os estados é particularmente evidente na Região Nordeste, em comparação com as demais. Em Alagoas, por exemplo, 43,7% das famílias vivem com uma renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, enquanto em Sergipe essa proporção é de apenas 6,0%.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



O desemprego no estado de Alagoas atinge 12,0%, índice acima da média da região Nordeste (7,7%). Em domicílios onde as famílias possuíam baixa escolaridade (menos de oito anos de estudo), os índices de insegurança alimentar grave são alarmantes: 46,1% em Alagoas, frente a uma média nacional de 21,1% (REDE PENSSAN, 2022b).

Cerca de 41,3% da população brasileira vive em condições de segurança alimentar, enquanto a insegurança grave (fome) atinge 15,5% da população brasileira, concentrando-se predominantemente nos estados do Norte e Nordeste, com exceção de Rondônia, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba, que apresentam índices inferiores à média nacional (REDE PENSSAN, 2022b).

Entre os indicadores avaliados, o principal fator causador de insegurança ou segurança alimentar é a desigualdade de renda nos estados brasileiros. Os resultados revelam que as famílias que possuem renda inferior a meio salário mínimo per capita são os mais vulneráveis e com acesso inadequado aos alimentos e mais propensão à insegurança alimentar. Em Alagoas, por exemplo, 59,6% dessas famílias enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave. Além disso, 59,9% dos domicílios com crianças menores de 10 anos vivem sob condições de insegurança alimentar moderada ou grave (REDE PENSSAN, 2022b).

Outro indicador revela que, a formalização do emprego está associada a melhores índices de segurança alimentar (56,1%), enquanto a informalidade e o desemprego elevam os índices de insegurança alimentar severa (61,5%). Com altos índices de pobreza e extrema pobreza, as regiões Norte e Nordeste também concentram os maiores níveis de endividamento como observado no estado de Alagoas com 57,5% (REDE PENSSAN, 2022b).

Desta forma, destacamos que, embora os dados da REDE PENSSAN apontem que a população alagoana se encontra no mapa da fome, o grupo de beneficiários entrevistados do PDHC no estado de Alagoas no presente estudo, não apresentou



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



casos de insegurança alimentar grave. A referida análise reforça a importância da assistência técnica e do fomento produtivo fundamentais para a melhoria das condições alimentares das famílias agricultoras. Ou seja, famílias que recebem ações de ATER e fomento no âmbito do PDHC, apresentam uma redução significativa da insegurança alimentar grave.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as ações do Projeto Dom Hélder Câmara no estado de Alagoas frente a segurança alimentar dos agricultores familiares, conclui-se que o projeto vem contribuindo de maneira significativa na vida dos beneficiários, especialmente entre aqueles que se encontram em situação de extrema pobreza. Os resultados desta pesquisa, mostram que as atividades de assistência técnica da fase II do PDHC associadas ao fomento produtivo auxiliaram e melhoraram positivamente a alimentação dos beneficiários do PDHC do estado de Alagoas.

Essas mudanças foram notadas não apenas nas práticas e atividades produtivas, mas também no aumento da produção, no acesso a novos conhecimentos, na melhoria do consumo alimentar, na ampliação da comercialização e no aperfeiçoamento da infraestrutura das unidades produtivas, fato que acarretou na melhoria das condições de vida de 88% dos beneficiários do estado estudado (Ávila e Miranda Filho, 2021).

Constata-se, ainda que, diante da diversidade do perfil rural do Brasil, principalmente na agropecuária, seria impraticável um modelo único de ATER que atendesse a realidade de toda a agricultura familiar existente. Dessa forma, faz-se necessário que haja uma parceria entre atores tanto públicos e privados que garantam uma assistência técnica de qualidade, voltada ao desenvolvimento rural sustentável. O PDHC demonstra essa capacidade de articulação, combinando



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



assistência técnica de qualidade com a disponibilização do recurso do fomento produtivo.

Embora os resultados desta pesquisa apontem mudanças significativas na alimentação dos beneficiários do PDHC, é importante ressaltar que os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022a) apontam uma situação crítica, onde 116 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar. Os índices são ainda mais elevados nas regiões Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%). Além disso, 60% dos domicílios das áreas rurais se encontram em insegurança alimentar, dos quais 18,6% das famílias convivem com a fome diariamente (REDE PENSSAN, 2022a).

Diante dos dados preocupantes apresentados, reforçamos a necessidade de um acompanhamento contínuo das condições alimentares da população rural e da importância de projetos como o PDHC não apenas para o combate à pobreza, mas também para a promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do semiárido para a zona da mata alagoana. 2016.

ÁVILA, Mário Lúcio de; MIRANDA FILHO, Reinaldo José de (Coord.). Relatório: aferição dos indicadores do marco lógico: questionário online novembro - dezembro/2020. Brasília: Projeto Monitora, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696/2003, nº 11.326/2006, entre outras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 out. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA; Projeto Dom Hélder Câmara. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no nordeste semiárido - Projeto Dom Hélder



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º
ENCONTRO
da Rede
de Estudos
Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Câmara (acordos de empréstimo nº2000000436/2014 e nº 2000000437/2014).
Relatório de Progresso do Projeto - descriptivo. Março/2020.

CARVALHO, Cícero Péricles de. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. UFAL, 2008.

FORTINI, Rosimere Miranda. Relatório de resultados: FIDA no Brasil 2020. Viçosa, MG: IPPDS, UFV, 2021. 97 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). II VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022a.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022b.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede PENSSAN, 2021.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia científica. Faetec/IST. Paracambi, p. 2-20, 2007.

SALES, Stéfany Gabriela da Silva. Assistência técnica e fomento produtivo para a segurança alimentar dos beneficiários do Projeto Dom Hélder Câmara - PDHC: análise da EMATER de Alagoas. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.